

PATRULHA RURAL NO CONTEXTO DO COMBATE AOS CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO

RURAL PATROL IN THE CONTEXT OF COMBAT VIOLENT CRIMES AGAINST PROPERTY

Rodrigo Bandeira dos Santos¹

RESUMO: A presente pesquisa aborda a aplicação da Patrulha Rural no contexto dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio, com foco nos procedimentos corretos para sua utilização. Esses crimes, especialmente na modalidade de domínio de cidades, representam um grande desafio à segurança pública, pois subjulgam o Estado e oferecem elevado risco tanto às forças policiais quanto à população. Diante disso, cabe à Polícia Militar adotar procedimentos técnicos que visem aumentar a eficiência no combate a essas ações, preservando a integridade dos policiais. No âmbito do Plano de Defesa Territorial, a Patrulha Rural do BOPE, formada por operadores da Cia de Comandos e Operações Especiais (COE) é uma ferramenta fundamental. Entender sua aplicação correta e acioná-la sempre que necessário demonstra profissionalismo e gestão adequada dos recursos, sendo essencial para lidar com esses crimes no Estado do Paraná. A abordagem adotada neste artigo combina a análise de experiências práticas e estudos de caso reais, extraídos de operações em que a patrulha desempenhou um papel crucial, com reflexões teóricas pontuais. Embora contenha elementos analíticos e conceituais, o foco principal reside na experiência operacional e no conhecimento acumulado em campo, formando a base das informações e contribuições apresentadas.

776

Palavras-chave: Patrulha Rural. Crimes Violentos Contra o Patrimônio. Operações Especias.

ABSTRACT: This research addresses the application of the Rural Patrol in the context of Violent Crimes Against Property, focusing on the correct procedures for its use. These crimes, especially in the modality of city domination, pose a significant challenge to public safety, as they subjugate the State and present a high risk to both police forces and the population. Therefore, it is up to the Military Police to adopt technical procedures aimed at increasing the efficiency of combating these actions while preserving the integrity of the officers. Within the framework of the Territorial Defense Plan, the Rural Patrol of the COE (Special Police Operations Command) is a fundamental tool. Understanding its correct application and activating it whenever necessary demonstrates professionalism and proper resource management, which is essential for addressing these crimes in the State of Paraná. The approach taken in this article combines the analysis of practical experiences and real case studies extracted from operations in which the patrol played a crucial role, along with theoretical reflections. Although it contains analytical and conceptual elements, the primary focus is on operational experience and the knowledge accumulated in the field, forming the basis of the information and contributions presented.

Keywords: Rural Patrol. Violent Crimes Against Property. Special Operations.

¹Tenente QOPM – Oficial da Polícia Militar do Paraná. Subcomandante da Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE) do Batalhão de Operações Especiais. Especialista em Patrulha Rural pela Polícia Militar do Mato Grosso. Pós-Graduado em Lato Sensu em Polícia Judiciária Militar.

I. INTRODUÇÃO

No enfrentamento de Crimes Violentos Contra o Patrimônio, como o Novo Cangaço, o Cangaço Noturno e o Domínio de Cidades, a segurança pública enfrenta desafios complexos e intensos, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso. Esses crimes são caracterizados pela violência extrema e pela sofisticada operacionalização requerida para conter e neutralizar as ameaças. Em cenários onde criminosos fortemente armados se refugiam em regiões de mata, a implementação de estratégias e unidades especializadas se torna essencial.

Neste contexto, a Patrulha Rural do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) assume um papel fundamental. Composta por operadores da Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE), a Patrulha Rural é especificamente treinada para atuar em terrenos adversos e desafiadores. A expertise do BOPE em operações de alto risco torna essa unidade uma ferramenta crucial para buscas e operações táticas em áreas de mata, dentro do escopo do Plano de Defesa Territorial.

O objetivo deste artigo é destacar a importância do acionamento da Patrulha Rural do BOPE na resposta a Crimes Violentos Contra o Patrimônio. A discussão abordará a relevância da Patrulha Rural para a execução de buscas em terrenos complexos, sua integração com o Plano de Defesa Territorial e como sua atuação especializada contribui para a eficácia das operações de segurança pública. Serão analisadas as técnicas específicas da Patrulha Rural, como camuflagem e rastreamento, e a coordenação com outras unidades, como o CANIL.

Compreender a importância da Patrulha Rural do BOPE e sua integração no Plano de Defesa Territorial é essencial para avaliar a eficácia das operações de segurança pública e garantir uma resposta robusta e coordenada contra crimes violentos em áreas rurais, assegurando a proteção das equipes policiais e de pessoas inocentes. A resposta a ocorrências dessa natureza deve ser pautada nas Diretrizes e nos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) da Polícia Militar do Paraná, que orientam as unidades na gestão dessas crises e garantem uma atuação efetiva e coordenada.

A abordagem adotada neste artigo combina a análise de experiências práticas e estudos de caso reais, extraídos de operações nas quais a patrulha desempenhou um papel essencial, com reflexões teóricas pontuais. Embora contenha elementos analíticos e conceituais, o artigo não se limita à revisão bibliográfica, priorizando a experiência operacional e o conhecimento acumulado em campo.

Ao longo do texto, serão apresentados os fatores determinantes para o sucesso das operações e os desafios enfrentados, destacando o valor da especialização da Patrulha Rural do BOPE para atuar em ambientes rurais no contexto dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio. A intenção é fornecer uma visão abrangente das táticas, estratégias e lições aprendidas, com base na prática real, indo além das limitações de uma pesquisa puramente teórica.

2. MÉTODOS

Este estudo baseou-se em uma abordagem qualitativa, explorando a aplicação prática da Patrulha Rural do BOPE por meio da análise de casos reais, das Diretrizes da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) da corporação. Além disso, a pesquisa incorporou elementos bibliográficos sobre crimes violentos contra o patrimônio, plano de defesa territorial, patrulha rural, domínio de cidades, operações especiais e rastreamento humano, complementando a experiência prática com uma base teórica sólida.

A experiência profissional acumulada em diversas operações realizadas pela Patrulha Rural do BOPE foi um dos pilares da análise. Essa vivência operacional permitiu uma visão prática aprofundada das estratégias e desafios enfrentados, possibilitando uma compreensão robusta dos aspectos discutidos no artigo. Como afirma Gil (2019), a experiência prática contribui significativamente para o enriquecimento do estudo, ao fornecer exemplos concretos e aplicáveis às situações analisadas.

A análise dos casos reais seguiu o modelo de estudo de caso, que, conforme Yin (2015), proporciona um aprofundamento nas particularidades das operações, facilitando a compreensão das práticas operacionais e da eficácia das estratégias adotadas. Este método foi escolhido devido à sua capacidade de evidenciar os desafios específicos das operações em áreas de mata, onde a Patrulha Rural do BOPE tem uma atuação fundamental.

Além disso, as diretrizes estabelecidas pela PMPR, juntamente com os Procedimentos Operacionais Padrão para o enfrentamento de crises, serviram como parâmetros na análise das estratégias adotadas e na avaliação da efetividade das ações da patrulha rural.

3. DEFINIÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO

Crimes Violentos Contra o Patrimônio, conforme a doutrina atual, englobam modalidades como Novo Cangaço, Cangaço Noturno e Domínio de Cidades. Esses crimes se

destacam pela intensidade da violência empregada e pelo impacto direto sobre o bem-estar das pessoas e a integridade dos bens.

Hoinatski e Rodrigues (2022, p. 17-26) afirmam que esses crimes são caracterizados pelo uso de violência direta, seja através de força física ou ameaças, o que pode resultar em ferimentos ou sofrimento psicológico significativo para as vítimas. O objetivo principal desses crimes é a obtenção de bens materiais, como dinheiro, propriedades ou outros valores, e eles provocam um impacto profundo na ordem pública, gerando uma sensação de insegurança e medo na comunidade. Essa violência e intimidação visam causar o máximo impacto e obter ganhos materiais de forma agressiva.

Os policiais que atuam contra a criminalidade violenta adentram ao teatro de operações encarando criminosos com fuzis 556, 762 e metralhadoras calibre.50: combatem um conflito assimétrico (VASCONCELOS, 2020, p.11).

As características predominantes dos grupos criminosos que realizam ataques a instituições financeiras incluem, em geral: um grande número de integrantes com atuação planejada e específica; considerável poder bélico; o uso de armas de fogo em áreas públicas; investidas contra aquartelamentos e confronto com as forças policiais militares; a utilização de grandes quantidades de materiais explosivos e, em alguns casos, o emprego de reféns, conforme a Diretriz PMPR nº 010/2022 (PMPR, 2022, p.4).

O terror serve como combustível para grupos que cometem crimes violentos contra o patrimônio sob a modalidade de domínio de cidades. A audácia dos criminosos parece não ter limites ao submeter as forças de segurança pública a ações delituais impressionantes. Mesmo com a aplicação de técnicas modernas de investigação preventiva, a polícia inevitavelmente enfrenta situações de confronto. O mais crucial, nessas circunstâncias, é saber como agir para capturar os infratores e, acima de tudo, evitar a morte de cidadãos e policiais (RODRIGUES, 2024, p. 14).

O enfrentamento eficaz desses crimes exige estratégias robustas e bem planejadas de segurança pública. A aplicação do Plano de Defesa Territorial, tanto na fase pré quanto na pós-incidente, desempenha um papel crucial. Este plano proporciona um método estruturado e coordenado para a resposta e gerenciamento dessas crises dinâmicas. Ao coordenar e alocar recursos de forma eficaz, o Plano de Defesa Territorial garante que os equipamentos e o pessoal estejam preparados para enfrentar incidentes. Ele melhora a capacidade das forças de segurança

pública de proteger a comunidade e manter a ordem, ajudando a enfrentar os desafios impostos por esses crimes violentos e a garantir a segurança da população.

4. PLANO DE DEFESA TERRITORIAL

O Plano de Defesa Territorial é uma estratégia fundamental para coordenar ações preventivas e reativas no combate aos crimes violentos contra o patrimônio. Cada Organização Policial Militar (OPM) deve personalizar seu plano conforme as características locais, considerando pontos sensíveis que podem ser alvos de organizações criminosas. Segundo Hoinatski e Rodrigues (2022, p.17), o documento organiza as informações operacionais necessárias para implementar ações eficazes nesses casos.

Com a introdução da Diretriz PMPR nº 010/2022, o gerenciamento de crises foi atualizado, atribuindo ao Comandante do Comando Regional de Polícia Militar o papel de Gerente da Crise, contudo, considerando a sequência das ações e sua urgência, em um primeiro momento, responderá por esta função o Comandante do Batalhão da região atacada. Essa diretriz também foca na gestão de recursos humanos e logísticos, destacando a importância de uma comunicação clara entre o Gerente da Crise e o Comandante da Operação, função exercida pelo Comandante do Comando de Missões Especiais (CME). O objetivo do plano é garantir um sistema preventivo e reativo focado em delitos contra estabelecimentos financeiros, com flexibilidade e um planejamento antecipado de bloqueios e barreiras (PMPR, 2022, p.10).

780

O Comandante da Operação é o responsável por definir os procedimentos operacionais e empregar alternativas táticas durante a crise, com poder de tomar decisões críticas. A importância da especialização de cada equipe é sublinhada, sendo essencial que os grupos policiais não ultrapassem suas responsabilidades para assegurar uma coordenação eficiente.

Conforme ressalta Pacolla (2020, p. 25), quadrilhas especializadas, que operam com explosivos e armas pesadas comuns em conflitos internacionais, representam uma crescente ameaça às forças de segurança pública, atuando em um contexto de guerra assimétrica. Esses criminosos possuem um arsenal muito superior ao das autoridades e não demonstram qualquer intenção de se render. Nesse cenário, a Patrulha Rural do BOPE, composta por operadores do COE, desempenha um papel crucial no rastreamento de criminosos em áreas de mata e terrenos desafiadores. Sua capacidade de identificar que ajudam a capturar os criminosos é vital para o sucesso das operações, assegurando a segurança tanto da equipe quanto da comunidade. A efetividade do plano depende de uma análise de riscos minuciosa, identificação de pontos

sensíveis e uma clara coordenação entre as equipes, com treinamento adequado para que cada membro cumpra suas funções específicas, sem interferir nas demais esferas de atuação.

Portanto, o sucesso do Plano de Defesa Territorial depende de uma execução cuidadosa e de uma comunicação eficiente entre as equipes, com ênfase na atuação da Patrulha Rural do BOPE, que desempenha um papel vital no rastreamento de criminosos, contribuindo para uma resposta organizada e eficaz aos crimes violentos contra o patrimônio.

5. PATRULHA RURAL COMUNITÁRIA E PATRULHA RURAL BOPE

5.1 Patrulha Rural Comunitária

A Patrulha Rural Comunitária é composta por policiais militares que têm um conhecimento profundo da área rural sob sua responsabilidade. Esses policiais utilizam seu conhecimento detalhado da região para contribuir no combate aos Crimes Violentos Contra o Patrimônio. A atuação da Patrulha Comunitária inclui um levantamento minucioso dos moradores, com visitas e cadastramento das residências, conforme estabelecido no Plano de Defesa Territorial do batalhão.

Essas equipes têm como objetivo principal prevenir e combater crimes ao interagir diretamente com a comunidade. A proximidade com os residentes permite que eles construam relacionamentos de confiança. O foco é na integração e na prevenção, com ações que visam manter a segurança e a ordem na área rural através de uma presença constante e bem-informada.

Integrantes da Patrulha Rural Comunitária devem participar da montagem do Plano de Defesa Territorial devido ao seu vasto conhecimento da área rural do batalhão, bem como, depois de instaurada a Crise Dinâmica, algum representante da Patrulha Rural Comunitária deve deslocar ao Posto de Comando para contribuir com a Gestão da Crise.

Segundo Costa (2016, p. 1), o conceito de "Patrulha Rural" pode ser bastante amplo, englobando diversas intervenções policiais em áreas rurais. Esse tipo de policiamento, conforme descrito por ele, abrange tanto ações preventivas quanto repressivas em rodovias, estradas fora do perímetro urbano, áreas de proteção ambiental, pequenos municípios, divisas estaduais e comunidades rurais, com o objetivo de garantir a segurança pública em espaços não urbanizados.

Dessa forma, é importante destacar que, na Polícia Militar do Paraná, existem outras unidades que operam em áreas rurais, como o Batalhão Ambiental e o Batalhão de Fronteira,

as quais não integram as patrulhas rurais comunitárias. No entanto, essas tropas não são indicadas para conduzir buscas em áreas de mata no contexto dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio. Esse tipo de operação demanda um alto nível de especialização e uma abordagem tática específica, características da Patrulha Rural do BOPE, formada por operadores da Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE), que deve ser empregada nesses cenários devido ao seu treinamento especializado e à sua finalidade operacional, conforme estabelecido pela doutrina de enfrentamento aos Crimes Violentos Contra o Patrimônio.

5.2 Patrulha Rural do BOPE

A Patrulha Rural do BOPE é formada por operadores da Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE), altamente especializados para atuar em situações de crise estáticas e dinâmicas e operações de alto risco. Esta patrulha é composta por profissionais treinados para lidar com cenários complexos e exigentes. Eles possuem preparo técnico e doutrinário para realizar operações em áreas de mata.

A equipe que compõe a Patrulha Rural do BOPE é constituída pelo Grupo de Intervenção do COE. Em situações específicas de Crise Dinâmica, em que se torna necessário realizar buscas em áreas de mata, essa equipe adota uma configuração específica para atuar em ambientes hostis. A seguir, apresentamos a definição que a Diretriz PMPR nº 005, 2021, que trata do Gerenciamento de Crises, fornece sobre o Grupo de Intervenção do COE:

Grupo de Intervenção (GI) Formado por policiais militares integrantes da Companhia COE (Comandos e Operações Especiais) devidamente especializados e treinados em ações táticas especiais e com dedicação exclusiva a essa missão. O Grupo de Intervenção (GI) divide-se em áreas de especialização por meio de equipes como: arrombamento tático, ações em ambientes verticais, técnicas não-letais, **ações em ambientes hostis**, atendimento pré-hospitalar em combate e contraterrorismo. (...) O GI deve estar sempre em condições de planejar, preparar e executar ações que envolvem as alternativas táticas (...) bem como auxiliar os outros elementos operacionais nas mais variadas ações desenvolvidas na crise. (PMPR, 2021).

O foco da Patrulha Rural do BOPE é a resolução de crises e o combate a atividades criminosas que demandam técnicas especializadas. As operações realizadas por essas equipes são de natureza tática, com ênfase em estratégias avançadas de combate e rastreamento de criminosos em ambientes hostis, cuja prioridade é o enfrentamento de situações de alto risco e a execução de operações estratégicas.

O Procedimento Operacional Padrão da PMPR, POP nº 200.4, que doutrina a Primeira Intervenção em Ocorrências de Crimes Violentos Contra o Patrimônio/ Domínio de Cidades, nos orienta:

Preservação dos locais em que a ocorrência foi desenvolvida para as perícias necessárias, inclusive, preservação das áreas de mata (não adentrando à mata para busca de marginais), para que a equipe especializada da Cia. COE do BOPE estabeleça os procedimentos para início do rastreamento (PMPR, 2024).

Sendo assim, a POP ressalta que outras unidades não devem entrar em áreas de mata, devendo preservar a cena e acionar o COE para conduzir as operações pertinentes. Essa orientação é crucial, pois garante que as áreas críticas permaneçam intactas, permitindo que a equipe especializada do COE utilize suas habilidades e conhecimentos para conduzir as operações em ambientes de mata.

A Patrulha Rural Comunitária e a Patrulha Rural do BOPE são abordagens complementares para o policiamento em áreas rurais. A Patrulha Comunitária foca na prevenção e na construção de relações de confiança com a comunidade local para combater crimes e garantir a segurança. Já a Patrulha do BOPE é voltada para operações táticas e enfrentamento de crises, utilizando técnicas especializadas para lidar com situações complexas e perigosas em terrenos desafiadores. Ambas são essenciais para a segurança pública, atendendo a diferentes necessidades e contextos no campo.

6. ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DA PATRULHA RURAL DO BOPE NO ENFRENTAMENTO AOS CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO

783

6.1 Importância e Capacidades da Patrulha Rural do BOPE

Dado que Crimes Violentos Contra o Patrimônio frequentemente envolvem criminosos fortemente armados, a importância da aplicação da Patrulha Rural do BOPE se torna evidente. Ela é a tropa mais bem treinada da Polícia Militar do Paraná para atuar em ocorrências críticas. Esses crimes são muitas vezes perpetrados por indivíduos que, após o ato, se refugiam em áreas de mata, onde o armamento pesado e táticas de evasão dos criminosos aumentam o desafio para as forças de segurança.

Segundo Santos (2020, p.8), o operador de segurança deve ser capaz de antecipar comportamentos, posicionar-se estrategicamente para mitigar riscos e fazer uma análise legal de suas ações. Além disso, é crucial que ele domine as técnicas e táticas necessárias, realize um planejamento mínimo antes de agir e tenha resiliência para superar os desafios que surgirem. Dada a complexidade das demandas cognitivas envolvidas, seguir princípios e protocolos de atuação e treinamento adaptados à realidade é essencial para reduzir o risco de erros.

A Patrulha Rural do BOPE é especificamente treinada e equipada para lidar com esses cenários complexos. Com treinamento intensivo em operações em terrenos de mata, técnicas de camuflagem e combate, a patrulha está preparada para enfrentar criminosos em condições adversas. Além disso, o BOPE possui recursos para coordenar operações complexas, garantindo que operações de captura sejam seguras e eficazes. Portanto, a Patrulha Rural do BOPE é essencial para combater Crimes Violentos Contra o Patrimônio, proporcionando uma resposta robusta e especializada.

6.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS OPERACIONAIS

A Patrulha Rural do BOPE utiliza uma série de procedimentos padronizados e técnicas operacionais que garantem a eficácia em ambientes de mata. A camuflagem é fundamental, permitindo que operadores e suas armas se integrem ao ambiente natural, aumentando a discrição e a capacidade de se aproximar dos alvos sem serem detectados. Técnicas de deslocamento silencioso são essenciais para evitar a detecção, com os membros da patrulha se movendo de forma eficiente e minimizando ruídos e sinais visuais. A disciplina em relação ao controle de luz e ruídos é rigorosa, assegurando que a patrulha mantenha a discrição durante as operações, com qualquer emissão de luz ou som sendo minimizada. A comunicação é realizada através de gestos e sinais padronizados, permitindo coordenação sem alertar os criminosos. Além disso, são usados aplicativos específicos para melhorar a navegação e o rastreamento no terreno, permitindo o monitoramento em tempo real e a coleta de informações importantes, como sinais e evidências deixadas pelos criminosos.

784

As Técnicas de Ação Imediata (T.A.I.s) são cruciais para uma resposta ágil em confrontos. O treinamento contínuo da Patrulha Rural do BOPE em ambientes hostis assegura que, ao serem interpelados pelos criminosos, os membros da equipe possam executar essas técnicas de maneira eficaz. Essas táticas requerem um alto nível de treinamento devido às dificuldades apresentadas pelo ambiente.

Cabe destacar que, por tratar-se de uma tropa de Operações Especiais, sua atuação em qualquer missão segue os princípios que regem as Operações Especiais, tais como: Surpresa, Simplicidade, Sigilo, Repetição, Segurança, Mobilidade, Rapidez Independência e Comprometimento. Esses princípios, conhecidos como "Superioridade Relativa", são essenciais para garantir que as ações da patrulha sejam eficazes e seguras, mesmo em situações de extrema complexidade. (BETINI; TOMAZI, 2018, p. 26).

Ferreira (2024, p. 218) ressalta que as Operações Especiais são fundamentais para a segurança pública, oferecendo uma resposta rápida e eficaz a crises e emergências que requerem intervenção especializada. Ele destaca que o ambiente operacional contemporâneo, caracterizado por sua imprevisibilidade e dinamismo, demanda unidades altamente treinadas e equipadas para enfrentar diversas ameaças, como o terrorismo e crimes violentos.

Cada membro da Patrulha Rural do BOPE desempenha um papel específico, e o treinamento meticuloso garante a coordenação eficaz. Armados com armas de porte e portáteis e utilizando camuflagem adequada, os operadores estão prontos para enfrentar os desafios de operar em ambientes hostis. Eles aplicam suas habilidades especializadas para neutralizar ameaças, assegurando uma resposta eficiente e segura em situações críticas.

7. FORMAÇÃO E APLICAÇÃO DE RASTREADORES NA PATRULHA RURAL DO BOPE

Na Patrulha Rural do BOPE, os rastreadores desempenham um papel crucial como profissionais altamente especializados, cuja função é buscar sinais que formam um rastro com “assinatura de padrões” para identificar a presença e o deslocamento de fugitivos. A eficácia desta função é garantida por um treinamento rigoroso e especializado. O rastreamento, embora uma técnica milenar, continua a ter grande importância nas operações policiais contemporâneas, especialmente na repressão ao "Novo Cangaço" (NETTO, 2017).

Os operadores que atuam como rastreadores no BOPE do Paraná passam por um rigoroso processo de seleção e formação específica. Além de possuírem o Curso de Operações Especiais (COEsp), são especializados em Patrulha Rural (CPAR) e Rastreamento. Essa formação em CPAR e Rastreamento é realizada em colaboração com os melhores rastreadores do país, oriundos do BOPE do estado do Mato Grosso, reconhecidos por sua expertise em ambientes hostis.

Segundo Sérgio Netto (2017), o rastreamento se destaca por sua importância na identificação de rastros deixados por criminosos, uma prática que remonta à história do Brasil, especialmente no combate ao Cangaço no Nordeste. Nesse período, bandos de criminosos, como o famoso Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como “Lampião”, foram enfrentados pelas polícias nordestinas que formaram as "volantes" — grupos de policiais que empregavam diversas estratégias, incluindo o rastreamento. Atualmente, essa técnica ressurgiu como crucial na luta contra o que é denominado "Novo Cangaço".

Na operação, o rastreador se posiciona na ponta da patrulha, focando na identificação de sinais que indicam a presença, direção e distância dos fugitivos, além de informações como quantidade, velocidade e condições de saúde. Ele deve também antecipar e evitar perigos naturais, assegurando um deslocamento seguro da patrulha.

Cuiabano (2016) enfatiza que o rastreador deve contar com técnica, paciência, persistência e intuição para interpretar pistas, como pegadas, folhagens e galhos quebrados, além de utilizar os cinco sentidos para identificar sinais que indiquem o caminho seguido pelos fugitivos.

A especialização do rastreador é vital, pois ele precisa manter uma atenção meticulosa e analisar as modificações no terreno para criar a assinatura de padrões dos fugitivos. Essa habilidade permite que ele opere com precisão, mesmo em condições adversas. Os membros da patrulha são treinados para compreender a atividade de rastreamento, evitando frustrações e mantendo a atenção durante a lenta progressão, que geralmente é de menos de 1 km por hora. Essa lentidão é intencional para evitar a quebra de galhos e a produção de ruídos, assegurando uma aproximação discreta e eficaz. Esses elementos refletem os princípios de Surpresa, Simplicidade e Sigilo, fundamentais nas Operações Especiais (BETINI; TOMAZI, 2018).

Os rastreadores são equipados com logística mínima, incluindo mochilas, balaclavas, luvas, camuflagem apropriada e itens para hidratação e nutrição rápida, além de aplicativos de navegação configurados previamente. Essa logística é fundamental para que os rastreadores se concentrem plenamente na missão, que exige um alto nível de preparação e resiliência. A mobilidade, juntamente com a cautela e a meticulosidade, são princípios essenciais nas Operações Especiais e atributos integrados à atuação do rastreador. Essa abordagem permite que ele responda de forma eficiente às mudanças nas circunstâncias, assegurando que a patrulha mantenha a superioridade relativa durante a operação (BETINI; TOMAZI, 2018).

Essa combinação de elementos logísticos e princípios de operações especiais reforça a eficácia da Patrulha Rural do BOPE em situações desafiadoras.

8. A IMPORTÂNCIA DA CAMUFLAGEM

A importância da camuflagem na atuação da Patrulha Rural do BOPE é evidenciada por sua aplicação prática e estratégica em operações policiais, especialmente em áreas de mata. A camuflagem dos operadores e dos equipamentos é essencial para maximizar a eficácia da patrulha e garantir a segurança durante as operações em terrenos desafiadores.

De acordo com o Manual de Campanha: Camuflagem, Princípios Fundamentais e Camuflagem de Campanha, do Exército Brasileiro, 2004:

Camuflagem é uma palavra de origem francesa que significa disfarce e é empregada para descrever medidas adotadas para iludir o inimigo, ocultando-lhe a percepção do verdadeiro significado de um equipamento, de uma instalação ou de uma atividade qualquer, com a intenção de favorecer ações ofensivas e defensivas, de surpreender ou iludir (p. 1-1).

Em operações de rastreamento em regiões de mata, onde criminosos armados se refugiam, a camuflagem desempenha um papel crucial. Os criminosos, ao se esconder em áreas de vegetação densa, frequentemente se tornam altamente alertas e atentos a qualquer sinal de aproximação policial. A camuflagem permite que os operadores da Patrulha Rural do BOPE se integrem ao ambiente natural, tornando-se menos visíveis detectáveis pelos fugitivos. Essa estratégia é fundamental para evitar que os criminosos percebam a presença policial, o que poderia levá-los a tomar medidas defensivas, elevando consideravelmente o risco da operação.

Além de facilitar a discrição, a camuflagem é fundamental para a segurança dos operadores durante as técnicas de rastreamento. Embora os criminosos possam deixar vestígios que facilitam o trabalho dos rastreadores, a presença não camuflada da patrulha pode alertá-los e levá-los a tomar precauções. A camuflagem ajuda a minimizar a visibilidade e os sons dos operadores, permitindo que se integrem ao ambiente natural, o que é crucial para evitar que os criminosos percebam a aproximação da patrulha e tomem medidas defensivas.

A segurança dos operadores é significativamente aumentada pela camuflagem. Em terrenos complexos, como aqueles encontrados em áreas de mata, a camuflagem, combinada com a disciplina rigorosa na conduta de patrulha da equipe do BOPE, dificulta a detecção da patrulha por criminosos fortemente armados e dispostos ao enfrentamento. Essa integração permite que os policiais se misturem ao ambiente natural, reduzindo sua visibilidade e minimizando os sons que possam denunciar sua presença. Como resultado, os criminosos têm dificuldade em identificar a aproximação da patrulha, o que ajuda a evitar emboscadas e a aumentar a segurança da patrulha. Ainda conforme o Manual de Campanha: Camuflagem, Princípios Fundamentais e Camuflagem de Campanha, do Exército Brasileiro (2004):

A visão é o principal sentido que o ser humano utiliza para observar um fenômeno qualquer. A importância dos órgãos sensoriais salienta-se essencialmente com base no alcance da percepção de cada sentido. Por essa razão, a doutrina de camuflagem dá ênfase à dissimulação contra a observação visual, que é de longo alcance (p 3-1).

Portanto, a apropriação das técnicas de camuflagem é essencial para a atuação eficaz da Patrulha Rural do BOPE em áreas de mata. A camuflagem adequada dos operadores e

equipamentos melhora a discricção e aumenta a segurança, permitindo que a patrulha opere com maior eficiência em cenários de alto risco. Assim, a camuflagem contribui não apenas para o sucesso das operações, mas também para a proteção da integridade das equipes envolvidas.

9. INTERAÇÃO ENTRE RASTREADORES E CÃES DE RASTREAMENTO

Nas operações de rastreamento em regiões de mata, a otimização dos recursos disponíveis é crucial para garantir a eficácia e a segurança das equipes policiais. Um aspecto fundamental é a interação entre o rastreador humano e o cão de rastreamento.

Hoinatski e Rodrigues (2022, p. 12-13) destacam que os criminosos que atuam nos Crimes Violentos Contra o Patrimônio, especialmente na modalidade "Domínio de Cidades", utilizam táticas extremamente violentas, buscando provocar o terror e subjugar o Estado. Essa modalidade é caracterizada pela intenção de causar pânico na população e pela subversão total da ordem pública. As associações criminosas frequentemente são compostas por núcleos divididos, cada um com funções específicas, como segurança de perímetro, manipulação de explosivos, logística e execução da ação principal.

Ostronoff (2023, p.4) aponta que uma diferença notável entre as quadrilhas é a ausência de receio de confronto com as forças de segurança; pelo contrário, o enfrentamento já faz parte do planejamento dessas organizações. Ele menciona que o número de integrantes pode variar de 20 a 60, e que utilizam veículos blindados e armamentos pesados, como fuzis .556 e .762, além de metralhadoras .30 e .50. Além disso, os explosivos são empregados tanto para romper cofres quanto para dificultar a ação das forças de segurança, indicando um novo uso desses dispositivos em suas operações.

Diante desse cenário, é imperativo agir de maneira técnica e cautelosa, priorizando a eficiência no combate e, principalmente, a integridade dos profissionais de segurança pública. Embora os cães sejam extremamente eficazes devido à sua capacidade olfativa, não operam com a mesma disciplina que um rastreador humano. O rastreador é um policial especializado na identificação de sinais e vestígios deixados pelos fugitivos, adotando procedimentos meticulosos. Sua técnica envolve a observação cuidadosa do ambiente para detectar alterações sutis que possam indicar o caminho dos fugitivos.

Entretanto, a introdução do cão de rastreamento pode complicar o processo. Sua velocidade e comportamento podem alterar o ambiente, criando ruídos e modificando os sinais do rastro, dificultando a leitura precisa dos vestígios e, em alguns casos, reduzindo a eficiência

do rastreamento. A movimentação rápida do cão pode alertar os fugitivos sobre a aproximação policial, aumentando o risco em um contexto em que os criminosos estão fortemente armados e dispostos a enfrentar a polícia. Portanto, não seria a opção mais segura aplicar uma patrulha conduzida por um cão nesse cenário.

Assim, o uso do cão e do rastreador deve ser realizado de forma complementar. Quando o rastreador enfrenta dificuldades para localizar os sinais, uma equipe do CANIL pode ser empregada de maneira cirúrgica como uma ferramenta alternativa. É crucial, portanto, utilizar cada recurso de forma coordenada e em momentos apropriados. O rastreador deve primeiro tentar identificar o rastro e, se necessário, solicitar o auxílio do cão. Essa abordagem assegura que cada ferramenta seja utilizada de maneira eficaz, maximizando a operação. O uso coordenado dos recursos não só aumenta as chances de captura dos criminosos, mas também garante a segurança dos policiais.

10. QUANDO ACIONAR A PATRULHA RURAL DO BOPE

A Patrulha Rural do BOPE deve ser acionada em casos de Crimes Violentos Contra o Patrimônio devido à sua especialização e capacidades únicas, essenciais para enfrentar a complexidade e os desafios impostos por criminosos armados que se refugiam em áreas de mata.

789

Quando criminosos fortemente armados se evadem para regiões de mata após cometer crimes violentos, a situação se torna extremamente complexa e desafiadora para as unidades policiais regulares. De acordo com a **Diretriz PMPR nº 010/2022**, esses eventos são classificados como "Crise Dinâmica", que excede a capacidade de atendimento dos grupos policiais convencionais, tornando imperativa a presença de unidades especialmente treinadas para o gerenciamento da crise (PMPR, 2022, p. 8).

O treinamento especializado da Patrulha Rural do BOPE permite a realização de operações de rastreamento eficazes em ambientes hostis. Os membros dessa patrulha são capacitados para identificar sinais sutis e vestígios deixados pelos fugitivos, utilizando técnicas avançadas de rastreamento e equipamentos apropriados para o ambiente. Essa expertise aumenta significativamente as chances de captura dos criminosos, pois a patrulha pode conduzir buscas detalhadas e sistemáticas, alinhadas aos princípios de gerenciamento de crises estabelecidos na **Diretriz PMPR nº 005/2011**. Esta diretriz enfatiza a importância de não negligenciar nenhum processo durante o gerenciamento de uma crise para evitar comprometer

vidas inocentes (PMPR, 2011, p. 8). Além disso, destaca que o Grupo de Intervenção (G.I.), formado pela Patrulha Rural do BOPE, é um elemento essencial no gerenciamento de crises e deve ser acionado sempre que uma crise se instaurar.

Adicionalmente, a Patrulha Rural do BOPE desempenha um papel crucial na minimização de riscos durante as operações. Sua especialização permite a utilização de técnicas adequadas para prevenir incidentes que poderiam comprometer a segurança da equipe e a eficácia da operação. Conforme orientações do **Procedimento Operacional Padrão da PMPR (POP nº 200.4)**, é vital preservar os locais onde as ocorrências ocorreram, evitando a entrada em áreas de mata por unidades não especializadas, para que o COE do BOPE possa estabelecer procedimentos adequados para o início do rastreamento (PMPR, 2024, p. 2).

Portanto, a Patrulha Rural do BOPE deve ser acionada em Crises Dinâmicas, especialmente em Crimes Violentos Contra o Patrimônio, não apenas devido à sua capacidade de enfrentar desafios específicos, mas também para garantir operações bem-sucedidas. Sua especialização em ambientes hostis é crucial para assegurar uma resposta eficaz e coordenada, aumentando as chances de captura dos criminosos e protegendo a integridade das equipes policiais envolvidas.

II. CASOS REAIS DE SUCESSO: APLICAÇÃO DA PATRULHA RURAL DO BOPE (FORMADA POR OPERADORES DO COE)

790

Caso 1: Operação em Guaratuba – outubro de 2022

Contexto da Ocorrência

Em 14 de outubro de 2022, uma operação integrada entre as polícias militares do Paraná e de Santa Catarina resultou no cumprimento de um mandado de busca e apreensão em um laboratório de refino de cocaína localizado em uma área isolada na zona rural do município de Guaratuba. A operação visava um grupo criminoso especializado no beneficiamento de drogas sintéticas para distribuição no litoral do Estado.

Planejamento e Execução da Operação

Deslocamento e Reconhecimento: No dia anterior ao Cumprimento uma Patrulha de Reconhecimento do COE, em conjunto com uma equipe do Batalhão de Operações Aéreas (BPMOA), se deslocou para as proximidades do local. Com o auxílio de um drone, foram

obtidas imagens do local a partir de quilômetros de distância, facilitando o planejamento da abordagem.

Observação e Planejamento: Após o levantamento inicial com o drone, a Patrulha de Reconhecimento do COE se aproximou do local para uma observação direta. Os operadores permaneceram em observação para levantar informações adicionais, o que possibilitou o planejamento da operação que seria realizada no dia seguinte.

Cumprimento do Mandado (Execução): No dia seguinte, o Grupo de Intervenção do COE, encarregado do cumprimento do mandado, deslocou-se até a chácara. A equipe desembarcou dos veículos e progrediu a pé até a entrada da chácara. Devido ao amanhecer precoce, a aproximação da equipe foi percebida pelos criminosos, que se evadiram para a região de mata.

Varredura e Isolamento: Apesar de ter visualizado os criminosos se evadindo, o Grupo de Intervenção, devido ao seu alto nível de especialização, não deslocou-se imediatamente no encalço dos elementos. A prioridade foi realizar uma varredura completa da edificação para garantir que não havia mais ninguém no local e isolar a área para possibilitar o rastreamento dos criminosos.

Montagem da Patrulha Rural e Início do Rastreamento: Após a varredura na edificação, a Patrulha Rural do COE foi montada e o rastreamento dos criminosos foi iniciado. Com o local da evasão dos criminosos intacto e a região isolada, a ação demonstrou que o método de rastreamento é eficaz. A especialização dos operadores do COE resultou na captura dos três indivíduos que haviam fugido para a mata, utilizando-se das técnicas de rastreamento.

Resultados e Impacto

Apreensões: Foram apreendidos 29,4 kg da droga MDMA, 712 comprimidos de ecstasy, 7 balanças de precisão, substâncias usadas no beneficiamento das drogas e R\$ 2.149,00 em dinheiro. Além disso, foram encontrados três celulares e um caderno com anotações financeiras do grupo.

Estimativa de Prejuízo: O prejuízo ao grupo criminoso foi estimado em R\$ 7 milhões. A operação foi crucial para evitar a distribuição das drogas durante o Carnaval.

Lições Aprendidas

Planejamento Antecipado: Receber informações antecipadas sobre o local é um aspecto elementar para a atuação de um grupo de operações especiais. A obtenção antecipada do alvo permitiu um planejamento detalhado, essencial para o sucesso da operação. A confiança mútua entre a equipe de inteligência e o grupo de operações especiais, foi crucial para o planejamento estratégico e contribuiu significativamente para o êxito da missão.

Especialização e Abordagem Metódica: A especialização dos operadores do Grupo de Intervenção possibilitou uma abordagem metódica e cuidadosa, priorizando a segurança e a eficácia da operação. A decisão de realizar a varredura completa da edificação antes de iniciar o rastreamento evidenciou a confiança, a experiência e o treinamento avançado da equipe. A prisão dos criminosos, resultado da aplicação de técnicas de rastreamento, destacou a eficácia dessas metodologias e a capacitação dos operadores do COE.

Caso 2: Operação em Antonina – abril de 2023

Contexto Geral da Operação

Na manhã de 10 de abril de 2023, seis indivíduos armados realizaram um roubo à agência da Caixa Econômica Federal na cidade de Antonina, litoral do Paraná. Os criminosos utilizaram um Nissan Versa de cor cinza, roubado dias antes, para a ação. Subtraíram dinheiro da agência, além de pertences de funcionários e clientes. Após o roubo, abandonaram o Nissan próximo à agência e continuaram a fuga em um VW/Up branco.

Com base em informações obtidas rapidamente, como o rastreamento de um celular levado durante o roubo, as forças de segurança foram mobilizadas, estabelecendo bloqueios na BR-277, principal rota de fuga dos criminosos.

Ações Iniciais e Iniciativa do COE

As equipes que se deslocaram ao litoral para apoiar a ocorrência em Antonina se depararam com os criminosos na BR-277, na região da Serra do Mar, levando-os a abandonar o veículo e fugir para a mata. Nesse cenário, algumas equipes seguiram no encalço dos fugitivos, apesar da orientação clara de isolar o local, reforçar o cerco e acionar o COE para formar uma patrulha rural destinada a perseguir os criminosos naquele ambiente, priorizando a eficácia da operação e a segurança dos policiais envolvidos.

Quando o COE chegou ao local, optou por não adentrar na área de mata para evitar um possível confronto entre as forças, já que outras equipes estavam na busca. Em vez disso, no primeiro dia da operação, a Patrulha Rural do COE posicionou-se estrategicamente na Estrada da Anhaia, uma possível rota de fuga, e passou a noite realizando uma “Patrulha de Interdição”. Durante esse período, foram estabelecidos contatos com moradores locais, o que se revelou crucial nos dias posteriores da operação.

Na primeira noite da ocorrência, dois dos criminosos conseguiram sair da mata na região da BR-277, roubar um caminhão guincho e fugir em direção a Curitiba. Esse episódio evidenciou uma vulnerabilidade na operação, ressaltando a necessidade de seguir rigorosamente as diretrizes estabelecidas para situações dessa natureza. Além disso, fica a reflexão de que equipes que poderiam estar reforçando o cerco e bloqueios naquele momento passaram o dia na mata, desgastando-se e realizando uma atividade que não era de sua atribuição, podendo estar comprometendo a eficácia da operação.

Decisão Prematura e Revisão do Cerco

Durante o decorrer da ocorrência, uma decisão prematura de encerrar o cerco quase comprometeu o sucesso da operação. No entanto, enquanto as equipes de apoio se retiravam do local, um confronto inesperado entre um dos criminosos e equipes policiais do Batalhão de CHOQUE, que sem deslocava para Curitiba, levou à revisão dessa decisão. O cerco foi reestabelecido, permitindo que o COE e demais forças de segurança permanecessem no local da ocorrência.

793

Desfecho e Sucesso da Interdição

Após quase 60 horas de operação, o contato inicial feito pela Patrulha Rural do COE com moradores da região possibilitou que informações vitais fossem obtidas. Com base nesses dados, o COE realizou uma interdição na Estrada da Anhaia. Durante a abordagem, dois dos criminosos, que estavam armados e carregavam parte do dinheiro roubado, reagiram e foram neutralizados. Foram apreendidas armas de fogo e mais de R\$ 160 mil em espécie.

Resultados Finais

Ao fim da operação, três criminosos foram mortos em confrontos, sendo dois durante a interdição realizada pelo COE e um em confronto com a equipe do BPCHOQUE que

retornava para Curitiba. Um suspeito foi preso em Antonina, e outros envolvidos foram identificados e localizados em outras operações. No total, foram apreendidas diversas armas, veículos roubados e recuperados mais de R\$ 313 mil em dinheiro.

Lições Aprendidas

Essa operação ressaltou a importância de seguir o Plano de Defesa Territorial, destacando que operações em áreas de mata devem ser conduzidas por unidades especializadas, como o COE no Estado do Paraná. O sucesso da interdição foi resultado da coordenação tática e da expertise do COE em ocorrências desse tipo.

A fuga de dois criminosos, que conseguiram roubar um caminhão guincho e fugir para Curitiba, expôs uma vulnerabilidade no cerco, especialmente considerando que, naquela circunstância, a BR-277 era a única via de acesso à capital. Isso reforça a necessidade de um planejamento mais rigoroso para garantir que todas as possíveis rotas de fuga sejam monitoradas e controladas.

Por fim, o desmantelamento do cerco poderia ter comprometido a operação de forma significativa. Caso não houvesse ocorrido o confronto com o BPCHOQUE, as equipes do CHOQUE e BOPE teriam retornado para Curitiba, e as ações subsequentes talvez não tivessem se desenrolado como esperado. Esse fato sublinha a importância de seguir a doutrina de cerco e permanência, garantindo a continuidade das operações e prevenindo fugas ou novos desdobramentos adversos.

Caso 3: Operação em São Mateus do Sul - abril de 2024

Contexto Geral da Operação

No dia 09 de abril de 2024, uma equipe de RPA recebeu uma denúncia via 190 e constatou um transbordo de carga roubada em Fluvópolis/PR, localizada a 33 km de São Mateus do Sul/PR. A carga, que consistia em cigarros, estava sendo transbordada quando a equipe policial chegou ao local. Cerca de 10 indivíduos se evadiram para uma região de mata, sendo que dois deles estavam armados. Diante da complexidade do terreno e da fuga dos criminosos para uma área de mata, foi acionado o apoio do BOPE para auxiliar na gestão da ocorrência.

Ações Iniciais

Entre 01h25 e 03h30, o Adjunto do BOPE contatou o Líder do COE, que, por sua vez, entrou em contato com o Oficial Supervisor do 27º BPM. O cerco foi confirmado pelo Oficial Supervisor, e imagens da área de mata, onde os indivíduos poderiam estar escondidos, foram repassadas. A carga ilícita foi confirmada como sendo uma carga de cigarros roubados, o que levou ao acionamento do Grupo de Intervenção do COE. Durante esse período, foi realizado um assessoramento remoto ao Oficial da área sobre o cerco e a permanência das equipes, antes da saída do BOPE em direção a Fluviópolis/PR.

Desenrolar da ocorrência (Patrulha Rural COE no Rastreamento e equipes da área no Cerco e bloqueios)

Entre 03h35 e 05h23, as equipes da área realizaram a abordagem de um automóvel Fiat/Toro, que estava parado em um posto de gasolina da região. O veículo estava associado ao criminoso responsável pelo crime e, através das câmeras de segurança, foi verificado que estava acompanhando o caminhão roubado. Placas utilizadas para escolta do caminhão foram encontradas no interior do veículo, resultando na prisão de um indivíduo. Neste momento, as equipes do COE chegaram a São Mateus do Sul/PR, realizando um novo assessoramento para a manutenção do cerco, revezamento das equipes e aplicação dos pontos de bloqueio.

795

Entre 08h04 e 10h35, com o amanhecer, a patrulha do COE iniciou o rastreamento. Através da rede de contatos, foi recebida a informação sobre um segundo suspeito na região. Após diligências da equipe local, o indivíduo foi encontrado e preso escondido em um galpão, sendo seu nome identificado por uma etiqueta de remédio encontrada em uma mochila no veículo Fiat/Toro, totalizando assim o segundo preso. A patrulha dividiu-se para verificar informações com o detido e desbloquear um celular, permitindo a identificação do modus operandi, a quantidade de pessoas envolvidas e o contexto do ilícito.

Durante o rastreamento, foi realizada a abordagem a uma propriedade suspeita, onde pegadas foram encontradas no Rio Claro, e o rastreamento continuou em busca de novos vestígios.

Entre 12h30 e 13h40, as equipes ROTAM, durante patrulhamento na Rodovia do Xisto, abordaram dois grupos de indivíduos — uma dupla e um trio — separados por aproximadamente 2 km, revelando que o grupo se dividiu durante a fuga e tomou rotas diferentes, resultando na prisão de mais cinco indivíduos. Durante a entrevista com um dos

detidos, ele confirmou que havia seguido o mesmo caminho que a patrulha realizou no rastreamento, evidenciando a eficácia da operação, que direcionou os criminosos para o cerco estabelecido pelas equipes do 27º BPM.

A rede de contatos também trouxe imagens de câmeras de segurança mostrando ao menos dois indivíduos tentando se esconder, registradas às 10h22min. A abordagem ao local foi planejada, e o BPMOA foi direcionado para apoiar as diligências, resultando na prisão de mais três criminosos.

Informações apontaram que haveria um resgate dos indivíduos pela organização criminosa, vindo de São Paulo/SP, com previsão de chegada em São Mateus do Sul/PR por volta das 18h. Em resposta, a patrulha do COE montou uma interdição para interceptar o possível resgate.

Uma van, que seria utilizada para o resgate, foi interceptada pelas equipes do cerco e abordada, resultando na prisão de mais dois criminosos.

Durante a entrega dos presos e apreensões na delegacia, a rede de contatos informou sobre um indivíduo suspeito nas proximidades, levando à prisão de mais um criminoso.

RESULTADOS FINAIS

13 indivíduos detidos;

Carga recuperada;

Caminhão roubado recuperado;

Prejuízo estimado à organização criminosa de 6 (seis) milhões de reais.

Lições Aprendidas

Assessoramento ao Posto de Comando: O assessoramento realizado por operadores do COE aos policiais do batalhão foi essencial para a coordenação da operação e a tomada de decisões em tempo real.

Rastreamento: A patrulha rural do COE desempenhou um papel crucial na identificação e verificação de evidências. A especialização da patrulha foi fundamental para a coleta de informações precisas e contribuiu para a localização dos criminosos.

Resgate: O levantamento de informações a respeito do resgate foi decisivo para a prisão dos criminosos envolvidos.

Cumprimento da Doutrina: O empenho dos policiais da área em seguir a doutrina de crimes violentos contra o patrimônio, estabelecendo o cerco e os pontos de bloqueio, sem entrar na mata para buscar os criminosos, foi crucial para o sucesso da operação.

CONSIREÇÕES FINAIS

A atuação da Patrulha Rural da Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE) do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) se revela indispensável no enfrentamento de crimes violentos contra o patrimônio, especialmente em cenários complexos onde os criminosos se evadem para áreas de mata. De acordo com a doutrina de combate a crimes violentos contra o patrimônio, o COE é a tropa designada para conduzir buscas em áreas de mata, devido à sua expertise e preparação para esses ambientes. Sua capacidade de adaptação ao terreno, aliada ao treinamento especializado em rastreamento, à aplicação de técnicas de patrulhamento em ambiente rural, camuflagem, uso de tecnologias e, principalmente, à vasta experiência em ocorrências e operações nesse tipo de ambiente, oferece uma resposta operacional robusta e precisa.

Algumas das ocorrências reais apresentadas ao longo deste artigo demonstram a eficácia da Patrulha Rural do COE em operações estratégicas no contexto do Plano de Defesa Territorial. Além disso, essas operações ressaltam a importância de acionar essa tropa de forma coordenada e planejada, garantindo que o conhecimento especializado e a experiência de suas equipes sejam plenamente aproveitados.

O compromisso com a especialização, o uso inteligente de recursos e a integração com outras unidades de segurança pública tornam a Patrulha Rural do COE um elemento fundamental para a proteção patrimonial e a preservação da ordem em áreas rurais. Cumprir o que está previsto na doutrina de combate aos crimes violentos contra o patrimônio, garantindo que cada unidade desempenhe seu papel conforme o estabelecido demonstra profissionalismo e uma utilização consciente dos recursos disponíveis. Assim, a continuidade do investimento em sua preparação e na inovação de suas técnicas é crucial para manter a eficácia de suas operações e garantir a segurança da população diante de ameaças cada vez mais sofisticadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. *Manual de Campanha: Camuflagem, Princípios Fundamentais e Camuflagem de Campanha*, 2004.

BETINI, Eduardo Maia; TOMAZI, Fabiano. **Charlie. Oscar. Tango. Por dentro do Grupo de Operações Especiais da Polícia Federal**, São Paulo, Icone, 2018.

COSTA, Leon Denis da, **POLICIAMENTO RURAL: PATRULHAS RURAIS COMUNITÁRIAS**, 2016.

CUIABANO, Lidiana. **Busca por criminosos em áreas de mata requer técnica e atenção ao ambiente**. SESP-MT, 14 de novembro de 2016.

FERREIRA, Fábio Vinicius Vitorino. As missões das operações especiais nas atividades policiais militares. In: SOUZA, Gerlon Mendes de (Org.). **As Operações Especiais Policiais Militares no Brasil**. São Paulo: UICLAP, 2024. p. 209-220.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo, Atlas, 2019.

NETTO, Sérgio. **Técnicas de rastreamento humano no uso policial**. Warfare, 20 fev. 2017.

PMPR. Diretriz nº 010/2022 - **Plano de Defesa Territorial**, 2022.

PMPR. Diretriz nº 005/2011 - **Gerenciamento de Crises**. Curitiba: PMPR, 2019.

PMPR. Procedimento Operacional Padrão (POP) n.º 200.4: **Primeira Intervenção em Ocorrências do tipo "novo cangaço"**. Curitiba: PMPR, 2019.

PACOLLA, Marcos. É preciso compreender que estamos diante de uma guerra assimétrica. In: FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria (Org.). **Alpha Bravo Brasil – Crimes Violentos Contra o Patrimônio**. Curitiba: CRV, 2020. p. 25.

RODRIGUES, Paulo Alexandre; HOINATSKI, Cezar. **Plano de Defesa Territorial no combate aos crimes violentos contra o patrimônio**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, PMPR: APMG, 2022.

RODRIGUES, Ricardo Matias. **Domínio de cidades: o uso da estratégia criminosa para a realização de assaltos a empresas de segurança privada especializadas em transporte e guarda de valores.**, 2024.

SANTOS, Irlan Massai Calaça dos. **Mentalidade Tática Policial & As 4 etapas do treinamento de alto rendimento**, 2020

VASCONCELOS, André Silves. In: FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria (Org.). **Alpha Bravo Brasil – Crimes Violentos Contra o Patrimônio**. Curitiba: CRV, 2020. p. 11.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, Porto Alegre, Bookman, 2015.